

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO AO PROJETO DE LEI Nº 3.879,
DE 2021**

(Apensado: PL nº 1.554/2023)

Institui a Política Nacional de
Incentivo à Instalação de Sistemas
Descentralizados de Tratamento de
Esgoto nas Áreas Rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação da Política Nacional de
Incentivo à Instalação de Sistemas Descentralizados de Tratamento de Esgoto
em áreas rurais.

§ 1º. A política de que trata o caput configura
instrumento destinado a promover o tratamento ambientalmente
adequado de dejetos humanos em imóveis rurais não atendidos por rede
pública de esgotamento sanitário.

§ 2º. A implementação da política instituída por esta lei
observará as normas técnicas e ambientais aplicáveis, assegurando
soluções adequadas às condições locais e às necessidades das
comunidades rurais, independentemente de critérios de economicidade
da prestação dos serviços, sem abrir mão do provimento de condições
para a operação, manutenção e sustentabilidade dos sistemas.

Art. 2º Constituem objetivos da política instituída por esta Lei:

I – promover a cooperação federativa e institucional para a
ampliação do acesso ao saneamento rural;

II – reduzir os riscos à saúde decorrentes da exposição das
populações rurais a águas contaminadas;

III – estimular a pesquisa, a inovação e a aplicação de
tecnologias apropriadas ao tratamento de esgoto em áreas rurais;



IV – fomentar o tratamento ambientalmente adequado do esgoto;

V – proteger mananciais superficiais e o lençol freático;

VI – prevenir a contaminação das fontes de água utilizadas por comunidades rurais;

VII – promover a integração do saneamento rural com políticas de adaptação às mudanças climáticas, visando à resiliência hídrica e à mitigação de riscos ambientais;

VIII – assegurar a inclusão produtiva e o aproveitamento econômico dos subprodutos do saneamento rural, estimulando cadeias locais de valor.

Art. 3º São diretrizes da política instituída por esta Lei:

I – assegurar a articulação da Política com o marco regulatório vigente do saneamento básico e com as políticas nacionais correlatas, em especial a Lei 14.026/2020;

II – integrar o saneamento rural às políticas de saúde pública, em especial às ações preventivas do Sistema Único de Saúde;

III – fomentar a formação de arranjos cooperativos intermunicipais como estratégia de ampliação da escala e da eficiência das soluções descentralizadas;

IV – incentivar práticas de sustentabilidade e de economia circular, compreendendo o reaproveitamento seguro de efluentes e subprodutos oriundos dos sistemas descentralizados, para uso agrícola ou energético;

V – difundir técnicas voltadas à proteção e conservação dos recursos hídricos;

VI – orientar quanto ao uso adequado dos sistemas descentralizados, garantir assistência técnica para sua execução e assegurar acompanhamento técnico permanente das unidades instaladas, tais como fossas biodigestoras, jardins filtrantes e tanques sépticos;



VII – promover a capacitação contínua, multidisciplinar e territorialmente adequada dos marcos locais envolvidos;

VIII – promover ações permanentes de educação e conscientização acerca da importância dos sistemas adequados de esgotamento sanitário, incluindo fossas sépticas biodigestoras;

IX – assegurar a disponibilização de informações sobre prevenção de doenças relacionadas à contaminação do solo e dos mananciais, bem como sobre a produção de adubo orgânico de qualidade.

Art. 4º As medidas, instrumentos e recursos necessários à implementação e operacionalização da política serão definidos em regulamento, que:

I - disporá sobre as definições, classificações e especificações técnicas pertinentes aos sistemas descentralizados de tratamento de esgoto abrangidos por esta Lei.

II - designará o órgão ou entidade competente, em âmbito nacional, para a coordenação das ações decorrentes desta Lei.

III - observará as competências constitucionais dos entes federados e a compatibilização com as normas do setor de saneamento básico.

Art. 5º A adesão à política instituída por esta Lei dependerá da apresentação, pelos responsáveis, de modelo de gestão e de plano de acompanhamento dos sistemas implantados, nos termos do regulamento.

Art. 6º A execução das ações caberá aos gestores locais, no âmbito de suas competências, observada a compatibilidade com o respectivo plano municipal ou regional de saneamento básico.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputado **YURY DO PAREDÃO**
Presidente

